

Comércio local prevê mais desemprego

Com o imposto sobre cheques, os lojistas terão de repassar o aumento dos custos para o consumidor, que pode fugir das compras

Flávia Filipini
Da equipe do **Correio**

A volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — conhecida como imposto sobre o cheque — pode elevar ainda mais os preços, reduzir as vendas e aumentar o desemprego. É o que prevê o empresariado do Distrito Federal. “Mais uma vez o consumidor vai pagar a conta. A CPMF é um desestímulo ao consumo e uma redução do poder de compra do assalariado”, afirma o presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista), Wlanir Santana.

Se tudo correr como o governo espera, o novo imposto deve entrar em vigor em meados de julho. E com alíquota de 0,38% será 90% maior que o cobrado no ano passado, quando se tirava 0,20% das transações financeiras. Além disso, a nova CPMF também terá maior abrangência em relação ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que vigora desde janeiro para compensar a perda de arrecadação com o atraso na votação da contribuição.

O IOF é cobrado sobre aplicações financeiras e operações de câmbio, aumentando os custos do cheque especial, empréstimos pes-

soais e pagamento rotativo do cartão de crédito. Mas, a partir de junho, como acontecia ano passado, todas as vezes que movimentar sua conta bancária, o cliente pagará a contribuição.

Pelos cálculos do Sindivarejista, a CPMF vai representar 1% a mais de queda nas vendas do comércio, nos primeiros 30 dias de vigência. Outro impacto será 2% a mais de desemprego no Distrito Federal. Segundo Santana, os comerciantes terão que repassar o aumento de custos para os preços finais das mercadorias. Na sua avaliação, ou eles farão isso ou vão ter que demitir funcionários para diminuir despesas. “Se as vendas caírem ainda mais, o comércio não terá outra alternativa a não ser demitir parte dos seus 160 mil funcionários”, prevê o empresário.

CASCATA

“A CPMF produz um efeito cascata que alcança a todos e vai recair também sobre o consumidor”, comenta o presidente da Federação do Comércio (Fecomércio), Sérgio Koffes. Segundo a Associação Nacional de Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), os produtos que precisam de muitos fornecedores diferentes para ser fabricados, como os automóveis, terão um reajuste de até

Carlos Vieira 25.11.98



Longe da CPMF: Lancelle prefere pagar diretamente os fornecedores de sua loja com o dinheiro que recebe dos clientes, sem precisar recorrer aos cheques

3% no preço final. “Quem tem uma empresa bem organizada, com suas despesas controladas, vai acabar repassando para o consumidor. O governo está jogando fora tudo que conseguiu nos últimos quatro anos”, critica o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Antônio Moraes.

Já o vice-presidente da Anefac, Miguel Ribeiro de Oliveira, acha que a volta do imposto sobre cheques não terá um impacto tão forte nos preços porque o consumo já

está muito baixo. “Quem aumentar (preços), não vai vender”, diz Oliveira. Ele também acredita que a queda-de-braço existente (desde da desvalorização do real) entre os setores da indústria e do comércio deve contribuir para segurar os preços. “Existe agora uma discussão, uma negociação entre esses dois setores. Cresce a chance de que o aumento seja absorvido antes do consumidor.”

Por via das dúvidas, o empresário Luis Lancelle está se precaven-

do, criando alternativas para reduzir custos. Dono de uma loja de confecção no Pátio Brasil, a Gasoline, ele optou por não depositar em bancos o dinheiro que recebe de seus clientes. Lancelle prefere pagar seus fornecedores e outras despesas com as mesmas cédulas que recebeu, evitando assim a cobrança do imposto.

Os pagamentos à vista representam 40% do total das vendas da Gasoline. Dessa forma, a CPMF, no caso dele, só vai valer sobre os ou-

tros 60%, que representam os pagamentos feitos por cheques e cartão de crédito. No final das contas, o gasto adicional de Lancelle com o imposto será, por exemplo, de R\$ 22,80 sobre R\$ 10 mil. Se depositasse todo o dinheiro em conta, seu custo a mais seria de R\$ 38. “Tomei essa iniciativa quando inventaram o imposto do cheque e nunca mais deixei de adotá-la. Com o aumento da cobrança, tenho mais motivos para continuar a usá-la. Recomendo a outros lojistas”, diz Lancelle.